



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*ATITUDES E PRÁTICAS DAS FORÇAS POLICIAIS
FACE À COMUNIDADE CIGANA*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

Catarina Frias Pollmann

Porto, Julho de 2015



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*ATITUDES E PRÁTICAS DAS FORÇAS POLICIAIS
FACE À COMUNIDADE CIGANA*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

Catarina Frias Pollmann

Trabalho efetuado sob a orientação de

Prof^a Doutora Mariana Barbosa

Porto, Julho de 2015

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um muito obrigada à Professora Doutora Mariana Barbosa, pela orientação e apoio.

Obrigada à minha mãe, Edite Frias, por estar sempre do meu lado, por me ter apoiado em tudo e por toda a força e motivação que me transmitiu e por ter acreditado que era capaz de ultrapassar esta nova fase. Sem a tua força não conseguiria ultrapassar este novo desafio.

À minha querida amiga, Inês Ferreira, pelas horas perdidas comigo presencialmente ou por telefone, um muito obrigada pelo teu apoio e motivação.

Aos meus amigos e colegas da faculdade, Cátia e André, pela motivação, ajuda mútua e companheirismo, um muito obrigada.

Ao meu namorado, por ter estado presente nesta minha fase e por me ter apoiado ao máximo, um enorme obrigada.

Por fim, ao meu pai por ter estado sempre do meu lado neste meu percurso e por ter confiado em mim.

ATITUDES E PRÁTICAS DAS FORÇAS POLICIAIS FACE À COMUNIDADE CIGANA

Catarina Pollmann

Resumo

O presente estudo insere-se num projeto de investigação que visa perceber o modo de atuação das forças policiais face à comunidade cigana em Portugal, bem como o tipo de práticas e estratégias utilizadas em defesa da comunidade. Pretende-se, também, analisar se existe alguma discriminação por parte da polícia em relação aos delitos cometidos pela comunidade cigana, ou seja, quais as diferenças comportamentais e de atuação por parte das forças policiais entre a comunidade cigana. A constatação de fenómenos discriminatórios, por parte da sociedade em geral, face a esta minoria étnica, refletem a existência de tensões entre as duas comunidades. Este estudo, baseado numa metodologia qualitativa, foi realizado com entrevistas semiestruturadas numa amostra de 15 participantes (GNR e PSP) agrupado por uma amostragem teórica. Os resultados mostraram que, por um lado, as forças policiais tendem, a ser discriminatórias, ligando o crime somente às diferenças étnicas e culturais, mas, por outro lado, ele é analisado e punido face à gravidade dos atos, não se verificando qualquer ato discriminatório.

Palavras-Chave: comunidade cigana; forças policiais; atitudes e representações; práticas discriminatórias

ATTITUDES AND PRACTICES OF THE POLICE AGAINST THE ROMA COMMUNITY

Abstract

This study is part of a research project which aim is to understand how the police acts towards the gipsy community in Portugal, as well as the type of practices and strategies used with this community. It is also intended to examine whether there is any discrimination by the police against the acts committed by the gipsy community, what are the behavioral and performance differences by the police forces between the gipsy community. The finding of discriminatory phenomena, by the society in general, against this ethnic minority, reflects the existence of several tensions between the two communities. This study, based on a qualitative methodology was conducted with semi-structured interviews in a sample of 15 participants (GNR and PSP) grouped by theoretical sampling. The results showed that on one hand, the police tend to be discriminatory, linking the crime only to ethnic and cultural differences, but on the other hand, the crime is analyzed and punished according to the seriousness of the acts, not being considered an act of discrimination.

Key-words: gipsy community; police forces; attitudes and representations; discriminatory practices

Índice Geral

Enquadramento teórico	1
Introdução	1
<i>A Comunidade Cigana</i>	2
A atuação policial junto de minorias étnicas	3
Método	6
Objetivos e questões de partida	6
A opção por métodos qualitativos	6
Participantes:	7
Instrumentos:	8
Procedimentos de recolha de dados:	8
Procedimentos de tratamento de dados:	9
Apresentação e Interpretação dos Resultados	9
1- Etnia Cigana	10
1.1 Características da etnia cigana	10
2. Perceção sobre a integração na sociedade	11
3. Problemáticas existentes na comunidade cigana	13
4- <i>Atuação policial junto da etnia cigana, suas especificidades e dificuldades</i>	13
5 - Contacto com comunidade cigana na prática profissional	16
6- Formação	17
Considerações finais	19
Referências Bibliográficas	21
Anexos	26

Índice de Anexos

Anexo A. Consentimento Informado

Anexo B. Guião de Entrevista – Polícia de Segurança Pública

Anexo C. Guião de Entrevista – Guarda Nacional Republicana

Anexo D. Sistema de Codificação

Anexo E. Sistema de Categorias

Enquadramento teórico

Introdução

A relação entre os polícias e a sociedade tem sido alvo de debate nas sociedades democráticas. As instituições policiais são organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, caso seja necessário (Bayley, 1975), advindo daí também o poder potencial para abusar dessa liberdade severamente (Jones et al., 1996).

O objetivo geral deste estudo é perceber o modo de atuação das forças policiais face à comunidade cigana em Portugal. Pretende-se perceber como é que os agentes policiais lidam com este grupo populacional e qual o tipo de práticas e estratégias utilizam, procurando aferir se as mesmas são de natureza discriminatória.

Em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos, que postula que todos os cidadãos são iguais e devem ser tratados da mesma maneira, o Código Europeu de Ética Policial refere que “A polícia deve desempenhar as suas funções de forma equitativa, inspirando-se, em particular, nos princípios de imparcialidade e não discriminação”.

Não obstante, são vários os estudos que revelam a existência de práticas policiais discriminatórias por parte das autoridades policiais face às minorias étnicas.

Em Portugal, existem estudos sobre as atitudes e estereótipos da população portuguesa em relação à comunidade cigana (Caré, 2010). No que concerne especificamente às autoridades policiais, a investigação no nosso país junto de membros da comunidade cigana revela que estes se sentem discriminados em diferentes sectores da sociedade, entre eles, o da justiça (Castro, 1995).

No entanto, não existem estudos centrados na perspetiva dos agentes policiais. O nosso estudo procura colmatar essa lacuna, explorando as representações dos polícias em relação à comunidade cigana, procurando perceber em que medida se traduzem em práticas discriminatórias na atuação policial com esta população.

A Comunidade Cigana

Ao longo da história, as comunidades ciganas têm mantido uma presença discreta, quase transitória, nómada, sem incomodarem a vivência de populações com quem contactavam (Caré, 2010). Apesar disso, trata-se de uma minoria étnica que foi sendo alvo de discriminação, e continua a sê-lo na generalidade dos países onde reside e/ou por onde transitam.

Também por parte do poder político, foram várias as tentativas ao longo da história, de forçar a expulsão dos ciganos, (Cortesão et al,2005), em vários países, entre eles Portugal. Pereira Bastos (2007) recolheu vários documentos legislativos nacionais onde estão presentes os castigos que imputavam ao povo cigano, tais como o açoitamento em praça pública, o embarque forçado das mulheres ou casais para outros países, a proibição do uso do traje e da língua, o exercício da sua profissão e a separação forçada dos filhos com os pais (Caré, 2010).

A partir do século XV, a etnia cigana passou a fazer parte das chamadas “classes perigosas”. Os ciganos eram tidos como “indesejáveis”, sendo alvos de perseguição por parte dos governantes. Desde esta época até à 2ª Guerra Mundial, este grupo étnico era considerado, nos decretos de lei, como vagabundos, mendigos e indivíduos conotados como marginais à sociedade (Cortesão et al, 2005).

Em suma, a etnia cigana foi sendo um “bode expiatório” nas épocas de crise nos diferentes países da Europa (Caré, 2010). Vários autores referem que em relação à etnia cigana, as políticas postas em prática foram de negação da própria existência da comunidade cigana enquanto grupo étnico, assim como medidas com vista à assimilação desta minoria étnica na cultura dominante ou até mesmo a expulsão.

Também no nosso país os ciganos foram sendo discriminados que pela sociedade quer pelo poder instituído, sendo percebidos como “como inassimiláveis, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades.” (Marques, 2007: 41).

É de realçar que este grupo étnico, nos dias de hoje, ainda é alvo de rejeição por parte da sociedade dominante de cada país onde residem (Caré, 2010). As atitudes e práticas discriminatórias têm levado a dificuldades acrescidas por parte dos indivíduos pertencentes a

esta minoria do ponto de vista, por exemplo, do acesso a alojamento, do acesso a cuidados de saúde, ou do acesso à justiça (Caré, 2010). Na próxima secção iremos debruçar-nos sobre o último ponto – acesso à justiça – em particular no que se refere à atuação policial, objeto de estudo da nossa investigação.

A atuação policial junto de minorias étnicas

De acordo com vários estudos, as minorias étnicas tendem a ter atitudes mais negativas em relação aos polícias, considerando-os injustos e preconceituosos (Weltzer & Tuch, 2005). A análise das atitudes e comportamentos dos polícias tem mostrado que estas perceções negativas não são de todo injustificadas.

De facto, estudos em diferentes países da Europa têm indicado que os polícias efetivamente obtêm pontuações mais altas relativamente ao preconceito racial em comparação com a população em geral, o que pode resultar num aumento provável de membros das minorias étnicas serem abordados por polícias nas ruas (Wortley & Homel, 1995; Pitkänen & Kouki, 2002).

De acordo com Sigler e Johnson (2002), existem quatro tipos de comportamentos negativos que as minorias vivenciam por parte dos polícias. Estes são: a aplicação seletiva da lei, a falta de cortesia por parte da polícia em contactos de rotina, o uso seletivo ou excessivo da força e a prestação de serviços de proteção em menor nível para as comunidades minoritárias (Egharevba, 2009).

Quando falamos sobre a ação policial, falamos de um conjunto de elementos-chave que impactam, de forma dinâmica, a ocorrência da ação policial violenta. Estes elementos remetem para as características dos alvos, as características do encontro e as características das próprias forças policiais (Bourdieu, 2001), bem como para os contextos, para as diferentes organizações policiais e para severidade da força (Costa, 2004).

Na ação policial existe o chamado “perfil étnico” como critério de aplicação da lei sobre pessoas que se pensa estarem ligadas a atividades criminosas. Este perfil é a razão de haver discriminação pela força policial ao longo da sua atuação. Ao focarem-se na aparência

ao invés do comportamento, as forças policiais que se deixam influenciar pelo perfil étnico violam as regras básicas dos direitos humanos (Sáez & Giménez, 2014).

A literatura e os estudos realizados, destacam duas questões centrais nas relações da polícia com as minorias étnicas que podem ser descritas como “excesso de policiamento” e “sub-policiamento” (Ben-Porat & Yuval, 2012).

O excesso de policiamento implica maus-tratos das minorias por parte da polícia, seja por uso excessivo da força ou por práticas discriminatórias (Findlay, 2004, p. 101, cit. in Ben-Porat & Yuval, 2012). Assim, a segmentação das minorias visíveis, como suspeitos, cria tensões entre a polícia e as minorias (Wortley & Tanner, 2004; Closs & McKenna 2006).

O sub-policiamento é em grande parte sobre a negligência da polícia para com as minorias e as suas necessidades. Assim, as queixas de assédio e ataques contra as minorias por grupos racistas podem ser ignoradas ou não serem levadas a sério. A polícia pode ainda ausentar-se de bairros onde as minorias são consideradas “sem esperança”, de modo que as comunidades urbanas pobres sofram de policiamento que não responde às altas taxas de criminalidade (Weitzer & Tuch, 2006).

Desta forma, as minorias que sofrem de excesso de policiamento e/ou sub-policiamento, provavelmente, não confiam na polícia nem cooperam com a mesma. Esta desconfiança pode levar a um ciclo vicioso em que a polícia é incapaz (ou não quer) de prestar serviços para com esta população e como resultado torna-se ainda menos confiável (Weitzer & Tuch, 2006; Ben-Porat & Yuval, 2012).

Alguns estudos sobre as minorias étnicas e a interação com a polícia defendem que a cultura policial muitas vezes transforma alguns policiais em racistas (Holdaway, 1983; Reiner, 1985). Nesse sentido, o racismo tem sido associado ao conservadorismo e ao dogmatismo da cultura da polícia (Manning, 1977), que leva a que os membros das minorias étnicas sejam percebidos pela polícia como mais ameaçadores para a lei e para a ordem na sociedade. Assim, e de acordo com esta ideia, as minorias étnicas precisam de ser mais policiadas a fim de evitar ou suprimir essa ameaça ou perigo.

Um dos fatores que pode contribuir para este tipo de tratamento é a tendência que existe na cultura policial em dividir a realidade social em termos de “Nós” e “Eles”, o que

leva a um isolamento dentro do grupo e da solidariedade entre os membros do grupo (polícia) (Waddington, 1999; Uhnoo, 2013).

No que concerne especificamente à atuação policial junto das comunidades ciganas no nosso país, estudos centrados na perspectiva dos indivíduos destas comunidades relativamente a experiências de discriminação aludem a abusos de poder e uso excessivo da força por parte das autoridades policiais.

Por exemplo, num estudo realizado por Mendes (2008), sobre representações sociais das comunidades ciganas, surgiram queixas de excessiva agressividade e/ou indiferença por parte das forças policiais. Nas palavras da autora, “os agentes partilham e incorporam ideias pré-concebidas e estigmatizantes que circulam na sociedade maioritária sobre os ciganos, assim os ciganos são sempre culpados, ladrões, criminosos, fazem estragos, ou seja, constituem uma espécie de parasitas que colonizam a sociedade (...) Nas relações difíceis entre ciganos e polícia parece que os direitos e deveres de ambas as partes colidem entre si, assumindo-se por vezes como inconciliáveis” (Mendes, 2008, pág. 17).

Com os resultados do nosso estudo empírico, que apresentaremos em seguida, esperamos contribuir para melhor compreender e combater “uma espécie de hostilidade quase natural e constante entre ciganos e forças policiais e que parece radicar em preconceitos bem consistentes e historicamente consolidados” (Mendes, 2008, pág. 17).

Método

Objetivos e questões de partida

Este estudo insere-se num projeto de investigação centrado na atuação policial com a comunidade cigana, tendo como objetivo principal avaliar possíveis práticas legais discriminatórias e gerar recomendações de boas práticas para a atuação policial junto desta população. Pretende-se perceber as atitudes e representações dos agentes policiais face à comunidade cigana. Pelo facto de se verificar, como demos conta no enquadramento teórico, discriminação por parte dos polícias em relação às minorias étnicas (como é o caso da comunidade cigana no nosso país), é importante perceber quais as crenças e significados subjacentes às suas atitudes e comportamentos no âmbito da atuação junto da comunidade cigana.

Os objetivos específicos deste estudo são: 1) Compreender as atitudes e representações dos polícias face à comunidade cigana; 2) Avaliar possíveis práticas legais discriminatórias na atuação policial com a comunidade cigana; 3) Gerar recomendações de boas práticas para a atuação policial com a comunidade cigana.

As questões de investigação deste estudo são: 1) Quais são as atitudes e representações utilizadas pelos polícias face à comunidade cigana?; 2) Quais serão as práticas legais discriminatórias dos polícias face à comunidade cigana?; 3) Quais serão as boas práticas para a atuação policial face à comunidade cigana?

A opção por métodos qualitativos

Tendo em conta as questões de investigação e objetivos formulados, centrados nos significados e representações individuais, optamos por recorrer à abordagem qualitativa. O método qualitativo diz respeito ao estudo de fenómenos a partir da perspectiva do outro, ou respeitando os seus marcos de referência. Caracteriza-se pelo interesse em conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social, que acabam por construir interactivamente. Este método, refere-se, ainda, às dimensões internas dos sujeitos, dos

grupos, das organizações e dos aspetos não observáveis diretamente (Almeida & Freire, 2007). Posto isto, abordagem qualitativa é uma busca da globalidade e compreensão dos fenómenos, ou seja, ligada ao cariz indutivo (Strauss & Corbin 1990). Por fim, a metodologia qualitativa mostra-se como uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais. Destaca também os valores, as crenças, as representações, opiniões, atitudes que a pessoa que está a investigar perceba os fenómenos caracterizados (Ribeiro, 2009).

Atendendo à natureza da pertinência do nosso estudo, a análise baseia-se em alguns pressupostos da Grounded Theory, "*uma metodologia geral para desenvolver teoria, que está enraizada em dados sistematicamente recolhidos e analisados*", ou seja é um procedimento indutivo e interpretativo, cujo objetivo geral é constituir uma teoria fundamentada acerca de um problema específico e/ou de uma população específica (Ribeiro, 2009).

Participantes:

A amostragem numa investigação necessita de ser salvaguardada pelo conhecimento prévio das características da população relevantes para o estudo em questão e por uma escolha correta do tipo de amostragem a ser utilizada na própria investigação. Relativamente ao tipo de amostragem utilizada neste estudo, utilizámos a amostragem teórica que tem como critério, não o número de participantes, mas sim o grau de conhecimento acerca do objeto num determinado conjunto de vivências (Ribeiro, 2009).

Os quinze participantes que integram neste estudo são agentes policiais: um participante da Polícia de Segurança Pública e catorze participantes da Guarda Nacional Republicana, considerados peritos experienciais em relação ao fenómeno. Todos os participantes pertencem a entidades policiais da região norte do país. Comprometemo-nos a não proceder a qualquer caracterização sociodemográfica da amostra no relato deste estudo, por forma a não comprometer a questão do anonimato numa temática de elevada sensibilidade no seio das forças policiais.

Instrumentos:

Para a elaboração deste estudo, o instrumento utilizado que permitiu a análise dos objetivos acima supracitados foi a entrevista qualitativa, que possibilita atingir um nível de compreensão da realidade humana, que se torna acessível por meio de discursos e tem como finalidade perceber a forma como as pessoas percebem sobre a temática em estudo (Fraser & Gondim, 2004). Para tal, o tipo de conversação que se estabelece numa entrevista favorece o acesso direto/indireto às opiniões, crenças, valores e significados que a pessoa atribui a si, aos outros e ao mundo que o rodeia (Fraser & Gondim, 2004).

O guião de entrevista (Anexo B e C) utilizado foi criado de raiz pela equipa de investigação do projeto. Este guião é composto pelas seguintes secções (contacto da polícia com a comunidade cigana; atitudes e práticas das forças policiais face à comunidade cigana). Para os propósitos deste estudo, centramos a nossa análise nas secções relativas à atuação policial com a população adulta.

Procedimentos de recolha de dados:

As entrevistas aos 15 participantes foram realizadas entre o final do mês de abril de 2015, nos locais de trabalho dos entrevistados. Na aplicação das entrevistas tivemos o cuidado das mesmas serem realizadas no local onde os polícias se sentissem mais confortáveis. De acordo com os princípios éticos e deontológicos foi pedida uma autorização aos comandantes de cada posto.

Antes de iniciar as entrevistas todos os participantes foram informados dos objetivos de estudo, dos procedimentos, bem como da divulgação dos resultados e da possibilidade de desistirem a qualquer momento. Foi pedida a autorização aos participantes para a gravação das entrevistas, informando que a confidencialidade é garantida e que as informações recolhidas são só para o estudo.

Procedimentos de tratamento de dados:

Em relação às entrevistas, estas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. A análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do software Nvivo 10. A categorização resultou de uma leitura exaustiva dos dados das entrevistas, através de um processo indutivo e interpretativo, inspirado em alguns dos pressupostos da Grounded Theory.

Relativamente ao sistema de categorias, este prende-se com as expressões e descrições dos participantes, ou seja, todas as unidades de registo foram catalogadas num número máximo de categorias – codificação aberta. Neste momento foram criados alguns memorandos que indicavam relações e impressões, que mais tarde, foram cruciais para a consolidação do sistema de categorização. Dos dados que foram sendo incessantemente codificados e categorizados, o sistema de categorização foi gerando novas classificações dependendo das diferentes leituras que foram surgindo – codificação axial (Saldaña, 2009).

Apresentação e Interpretação dos Resultados

Após a transcrição das entrevistas efetuadas, os dados foram integrados e analisados, num sistema de categorização e codificação, com o objetivo de responder às questões de investigação do presente estudo. Deste tratamento surgiram 11 grandes categorias: Dentro destas categorias centrais foram criadas subcategorias, que a partir dos dados, melhor traduzissem o trabalho das forças policiais (anexo D e E).

Correspondente à natureza deste estudo consideramos ser mais adequado escolher um modelo mais descritivo que compila a informação num capítulo, a interpretação dos dados e sua discussão, o que vai contribuir para uma melhor visualização dos dados presentes no estudo.

Assim sendo, as categorias pertinentes para a compreensão das questões de investigação formuladas irão ser descritas e ilustradas com exemplos do discurso das forças policiais.

1- Etnia Cigana

É de ressaltar que a comunidade cigana está presente na sociedade portuguesa há mais de cinco séculos e são vítimas de uma visão estereotipada negativa (Magano, 2008). Alguns autores referem que os ciganos não competem por outros interesses, no sentido de obterem ganhos em termos de participação social, sendo que, hoje em dia, ainda são afastados da sociedade (Fernandez, 2004).

Contudo, outros autores referem que os ciganos persistem em preservar os traços básicos da sua personalidade, bem como a sua cultura (Garrido, 1999, Román, 1994)

Esta primeira grande categoria engloba as verbalizações dos polícias relativamente aos conhecimentos e perceções que têm face à comunidade cigana, assim como a relação que a comunidade cigana tem com os polícias e como a comunidade reage à autoridade.

1.1 Características da etnia cigana

Questionados sobre a sua perceção face à comunidade cigana, treze dos participantes definiriam esta comunidade como: *“o cigano é um bocadinho hipócrita”*; (E 15); *“é falso, mentiroso, é muito astuto”* (E 15); *“Eles têm uma coisa que se calhar que maior parte das pessoas não têm que é a ajuda mutua. Podem é não gostar uns dos outros mas naquela hora não há ninguém que lhes bata”* (E 10).

De acordo com os participantes, estes referiram *“a falar de hipocrisia, de relações públicas, de manobras de charme. A etnia cigana tem por defeito ou virtudes deles, nós somos sempre o inimigo para eles”* (E 7). É de referir que a definição “relações públicas” pode conduzir a uma conotação negativa. No entanto esta definição pode, também, ser conotada como positiva, no sentido de existir uma boa relação entre as forças policiais e a comunidade cigana. Assim, oito participantes referiram que a comunidade cigana tem uma boa relação com a autoridade e com a entidade policial. Os próprios polícias justificam-na esta boa relação, tanto com a autoridade como a entidade policial, como *“Acatam bem as ordens e têm uma boa atitude. Temos de lhes fazer perceber qual é a parte deles, qual é a parte nossa e até quanto eles podem ir e quanto eles não podem”*, *“Sei que sabem exatamente*

como tratar... como qualquer cidadão, sabem o respeito que devem ter pela Guarda, assim como a Guarda sabe tratar bem eles” (E 4). Por outro lado, os restantes participantes, referiram que esta comunidade não tem uma boa relação nem com a autoridade nem com a polícia, justificando-se por *“nunca acarretam as nossas ordens ou custam a acarretar as nossas ordens...”* (E 7); *“Porque entretanto viraram-se para a patrulha que estava a chegar e a coisa não correu bem”* (E 10)

Estes excertos demonstram que a noção do significado do “ser cigano”, está sempre em constante modificação. Assim, o indivíduo cigano caracteriza-se por “Ser cigano é sentir-se cigano, participar num sistema de valores que é aceite e respeitado por todos os ciganos e que favorece a perceção exterior, sobre os fundamentos de uma cultura milenar” (União Romani Internacional, 1998: 9)

Esta definição engloba vários valores e costumes como a língua, sociabilidade em torno da família, endogamia, acentuada divisão social entre homens e mulheres, ligadas às leis ciganas (Mendes, 2007).

A cultura da comunidade cigana é caracterizada por ser transmitida de geração em geração, onde as mulheres desempenham um papel fundamental. Assim, a identidade cultural concebe um forte sentimento de orgulho e de autoestima comunitária (REAPN, 2007).

2. Perceção sobre a integração na sociedade

Alguns sociólogos têm tido uma grande preocupação em compreender questões ligadas à constituição da sociedade que permitem todos os indivíduos viverem juntos (Magano, 2008). Relativamente aos sociólogos do desvio, referem a integração na sociedade como a confrontação dos indivíduos a um sistema de normas. A integração comporta num processo de participação dos indivíduos na sociedade pela aprendizagem de normas, do consumo material, da adoção dos comportamentos familiares e culturais, entre outros (Magano, 2008).

No que concerne a esta categoria geral, engloba as perceções que a força policial tem relativamente à integração ou à não integração da comunidade cigana na sociedade portuguesa, tanto pela parte da comunidade cigana e tanto como da sociedade portuguesa.

Quando questionamos os participantes relativamente à integração da comunidade cigana na sociedade portuguesa, seja pela população em geral ou mesmo até pela própria comunidade cigana, sete dos participantes referiram que a comunidade está bem integrada na sociedade portuguesa e que a sociedade portuguesa integrou bem esta comunidade. Assim, referem que, *“porque eles até tinham hábitos bastantes comuns a qualquer individuo que não pertencesse e muita semelhança em bocado aos nossos. Estava muito bem integrada”* (E 15), *“A sociedade portuguesa integrou bem a comunidade cigana e vice-versa”* (E 6). Por outro lado, os restantes participantes referiram que a comunidade não está bem integrada na sociedade, ou porque não se quer integrar ou porque a própria sociedade portuguesa não os deixa integrar, *“Vamos lá ver uma coisa, eles não estão a ser integrados de forma nenhuma. Eles estão a ser segregados. Quando põem alguém num bairro em que dizem “estas entradas é só para os ciganos”, o que é que estão a fazer? Já não os deixam integrar”* (E 10), *“Eles não se conseguem integrar, de parte a parte... Nem eles se sentem à vontade para se integrar nem, se calhar o resto da população se sentem à vontade em integrá-los”* (E 14).

Estes excertos demonstram que, tal como refere Seabra (1994), a tensão que é sentida pela comunidade cigana entre a integração e a exclusão encerra contradições que se refletem nesta comunidade, na medida em que esta deseja ser integrada pela sociedade mas, como não acontece, reage, subalternizando-as e confinando-as à ocupação de um determinado espaço. Num outro estudo realizado por Cortesão e Pinto (2005), observaram que em Portugal tem-se sentido formas nítidas de exclusão em relação à comunidade cigana, devido às suas características e à evolução, quer a nível social quer a nível económico. (Silva & Silva, 2000).

Magano (2008), refere que a comunidade cigana meneia-se em muitas situações conseguindo influências que se vertem em distintas formas de manifestação, umas mais visíveis (as que mais se contrastam com as normas sociais), e outras mais invisíveis (por parte dos indivíduos que estão integrados).

3. Problemáticas existentes na comunidade cigana

Esta grande categoria menciona as problemáticas mais comuns presentes na comunidade, na perspectiva dos participantes, assim como um exemplo dessas mesmas problemáticas.

Quando questionados sobre que tipo de problemáticas que estão presentes na comunidade, a maior parte dos participantes (n = 13) referiu que o tráfico de droga, o roubo ou o furto são as problemáticas mais presentes nesta comunidade. Assim, referiram que *“Furtos e tráfico de droga, que já me estava a esquecer, é um crime que eles gostam muito, por da bom dinheiro e eles são peritos em esconder aqueles materiais”* (E 10).

Como refere o estudo feito por Silva Gomes (2011) os ciganos cometem mais crimes contra o património com o uso de violência (ex. roubo ou extorsão).

Devido a alguns elementos desta etnia terem um baixo rendimento económico, estes são expelidos para a atividade criminosa, no que diz respeito ao tráfico de droga (Martins, 1995). Contudo, o tráfico de droga feito por alguns elementos de etnia cigana, é assumido como outro qualquer negócio e faz com que sejam alvo de críticas pelos restantes elementos da mesma comunidade cigana (Silva& Silva, 2000).

4- Atuação policial junto da etnia cigana, suas especificidades e dificuldades

Relativamente à comunidade cigana residente em Portugal, esta continua a ser alvo de discriminações por parte dos indivíduos da sociedade em geral. (Liégeois, 1989; Costa e Pimenta, 1991; Castro, 1995; ONPC, 1995, Fraser, 1998).

Nesta categoria pretende-se analisar se em alguma situação existe ou não uma atuação diferente por parte da polícia face a este grupo minoritário.

Relativamente a esta questão, sete dos participantes responderam afirmativamente devido às características pessoais desta etnia. Assim, referiram que *“Agora que existe necessidade de cumprimentar algumas situações sim acho necessário. Não é uma comunidade fácil. A atuação perante eles tem de ser com mais cautela”* (E 9) Embora os

restantes participantes tivessem referido que não existe qualquer tipo de diferença na atuação policial afirmando que *“Têm que ser integrados e tratados da mesma forma que tratamos os outros”* (E 1). De acordo com os mesmos, deparam-se com atuações específicas da atuação policial para lidar com esta população, bem como ter alguma precaução na própria atuação (n=2), *“porque de facto nós temos sempre de nos precaver, do que vamos estar à espera, da reação deles que não sabe como é obviamente”* (E 14); têm de se prender pelas diretrizes legais, *“Nisso a GNR está muito atenta, existe diretrizes para as minorias étnicas, crianças, delinquência juvenil, estrangeiros.”* (E 3); pela presença de hostilidade por parte da comunidade cigana, *“Quando se parte para um determinado em que se parte do principio que existe hostilidade, tem que se atuar de uma forma que não a normalidade. Tem que haver firmeza, independentemente se estamos 2 ou 3, tem de haver alguma firmeza no sentido de a gente sair de lá, pelo menos com a roupa vestida... roupa vestida e com a arma de serviço, o resto até pode levar mas isso nós compramos em qualquer lado. Mas a arma de serviço é complicado”*. (E 10); pela necessidade de utilização de meios coercivos, *“Os meios coercivos que a polícia utiliza tem que ser proporcional à situação em si. O que resulta muito bem é o contacto visual, a chamada policia de choque, nós irmos com eles, eles todos encapuçados etc. isso tem um efeito que provoca medo e o cigano é uma pessoa que gosta muito de armas e a policia chegar lá toda apetrechada eles retraem-se um bocado.”* (E 15); pela perigosidade, *“tendo em conta que eles são vingativos e todos juntos são um, tornam-se mais perigosos. A atuação perante eles tem de ser com mais cautela.”* (E 8); pela gravidade da situação, *“O que nos interessa na intervenção policial, a intervenção é suscitada em função de variadíssimos aspetos, o tipo de crime em causa que possa estar a ser envolvido, tem a ver com a extensão da comunidade, uma comunidade muito grande ou pequena, tem a ver com o local geográfico onde está”* (E 15);e, por fim, a comunidade sofre de vitimação entre a sociedade, *“A nível social mais, eu acho”* (E 9).

Foram relatadas pelos participantes algumas dificuldades na atuação policial na atuação policial impostas pelas especificidades descritas. As dificuldades apontadas pelos doze participantes foram: o facto de existir elevada e constante mutação, *“ Existe sempre, porque a população está em constante mutação.”* (E 3); o facto de as mulheres ciganas serem mais fechadas que os homens, *“Elas quase que não se abrem e elas são piores que eles. Porque eles vão falando e a gente vai conseguindo tirando alguma informação, com as mulheres não, são muito fechadas.”* (E 9); a nível do tráfico de droga, *“Pegam no carro, doses só para consumo e vão distribui-las... porque o consumo não é crime. E ele pode ir no*

carro dele, sem stresse nenhum, leva a dose necessária de consumo” (E 10); o facto de a comunidade cigana ter um grande cumplicidade e união entre eles, *“É claro que quando é ciganos temos de tratar mais com cautela porque depois eles são mais, não eles na hora, mas depois vem os familiares e tudo.”* (E 8), *“eles para já atuam em grupo. Nunca, ou raramente, atuam sozinhos, atuam sempre me grupo”* (E 8); e, por fim, o facto de a comunidade cigana não ter certidão de nascimento, *“Outro entrave da atuação policial, é o facto de muitos ciganos não terem certidão de nascimento, isto na geração mais antiga, porque hoje em dia a maior parte deles levam as esposas ao Hospital para terem os filhos e lá já se fazem os registos, mas antigamente não era assim”* (E 6).

Por outro lado, oito dos participantes referiram que não existe diferenciação da atuação policial, referindo que *“Eu quero aqui ressaltar, que não é por serem indivíduos de etnia cigana que a polícia trata de maneira diferente. A intervenção tem mais a ver com o tipo de crime ou que tipo de pessoas envolvidas do que propriamente o facto de ser de etnia A ou B.”* (E 15).

Por fim, seis participantes referiram haver discriminação face à comunidade cigana por parte das forças policiais e por parte da comunidade em geral. Posto isto, referiram que *“Que ninguém diga que não é xenófobo relativamente aos ciganos porque isso é mentira. Toda a gente tem alguma xenofobia e ideais fixos, relativamente aos ciganos”* (E 6) e *“Mas se me perguntar diretamente "é racista?"... Sou... Em relação a eles sou... Não pagam todos pelo mesmo?! Não deveriam pagar...”* (E 13), *“e se tiver a chover eles já não vão, que eles não podem molhar-se.. se não pode sair a sujidade e tal..”* (E 9).

Relativamente, aos ciganos, enquanto grupo em processo de interação, continua a ser uma sociedade virada para o trabalho e para consumo, sofrendo de mudanças ao nível dos seus valores e estilos de vida, tentando-se apropriar à sociedade em que estão inseridos (Magano, 2008).

Num trabalho recente sobre a perceção do racismo e discriminação por parte das minorias que vivem em Portugal, certifica-se que a comunidade cigana é o grupo que mais se sente discriminado, desde as instituições de prestação de serviços públicos até aos espaços de diversão ou de comércio e de lazer (Santos et al., 2009). Conclui-se que, nem a todos dentro da comunidade cigana, a atribuição dos direitos da cidadania é acedida.

Por fim, desde a chegada dos ciganos à sociedade portuguesa, que são vistos como invasores, parasitas e delinquentes. Assim, os indivíduos na sociedade recusam aceitar os ciganos, por não saberem bem a sua proveniência, por se vestirem de forma diferente e por falarem uma língua totalmente diferente. Sendo que são ligados a um grupo que vive nas bordas sociais, relacionados com a criminalidade (Mayall, 2004). E a sociedade, neste caso, as forças policiais manifestam várias dificuldades em lidar com esta comunidade que chegou e se instalou logo (Elias, 2000 [1965]).

5 - Contacto com comunidade cigana na prática profissional

Nesta categoria menciona-se o contacto que a força policial tem com a comunidade cigana, ao longo da sua vida profissional, referindo os tipos de contacto e situações.

Num momento da entrevista, questionamos os participantes, se desde a entrada para as forças policiais sempre tiveram contacto com a comunidade cigana. Dez dos participantes referiram que sempre tiveram contacto com a comunidade e citaram alguns exemplos desse mesmo contacto, referindo que, *“na feira de Pedras Rubras, tivemos que apreender uns artigos e claro que tive de chamar reforço, porque na feira só dois, eles podiam-nos agredir, eles todos juntos são perigosos. Foram apreendidos os artigos, no início mostram resistência mas depois quando estamos em força já não mostram resistência. Eles sabem a que porta batem. Na atuação não podemos mostrar medo, porque se o fizermos é bem pior e a nossa atuação não corre da melhor forma.”* (E 8).

Neste sentido, é importante que as forças policiais tenham sempre contacto com as diferentes etnias e saiba agir respeitando o grupo e etnia cultural de cada indivíduo.

6- Formação

Nesta categoria pretende-se analisar que tipo de formação as forças policiais têm face à sua atuação e que tipo de competências devem adquirir. Aqui também analisamos a necessidades de existir uma formação específica para a atuação policial, mostrando, assim, as dificuldades que hoje em dia, as forças policiais têm sentido. No entanto, só três participantes responderam a esta questão. Referiram que deveria haver uma formação mais específica, inexistente até ao momento, porque optam sempre pela sugestão de ver o que é mais seguro para eles e para a comunidade cigana (n=1), *“Ou para já não. Poderá haver zonas que poderão necessitar mas nós não. Optamos sempre pela aquela, porque sabemos que é mais segura para nós e para eles. Depende com quem lidamos, há ciganos que os abordo à vontade e noutras alturas, com o mesmo cigano já tenho de ir com mais cautela”* (E 8). Relativamente às limitações da formação das forças policiais, refere que esta ultima deveria ser melhor formado para contacto pessoal e social, porque quando formam policiais só pensam na força a nível físico e não nas competências pessoais e sociais (n=1), *“O problema é que quando o pessoal entra para a guarda devia ser formado para ter, além da parte técnica e teórica que se tem, havia de ser formado para a parte social mas não é, porque o que importante é ter massa bruta. Isto no fundo, claro só querem pessoal com massa bruta no cérebro. Palavra puxa palavra e estamos numa guerra. Comportamento gera comportamento e a maior das vezes quem piora os comportamentos são os guardas”,* *Porque entram em confronto, ninguém explica a um guarda, nos cursos de formação, que não se deve entrar em c confronto”* (E 10). O mesmo entrevistado refere que o curso de formação de policiais deveria ser mais prolongado para que se conseguissem melhores resultados de formação (n=1), *“Por isso é que eu lhe digo, formam pessoas num curso que é abrangente em pouco tempo... no meu tempo foi bastante, 9 meses... agora já fazem cursos de 4 ou 5 meses, que é preciso formar pessoas, formar pessoa”* (E 10). Ainda neste contexto, o mesmo entrevistado refere que quem dá a formação aos polícias tem poucas habilitações e não tem competências para formar um polícia para o contacto com as diferentes situações de perigo, sejam elas graves ou menos graves (n=1), *“E depois na altura o meu ano a professora dava técnica de atendimento e intercomunicação pessoal em pessoas civis, depois temos esse problema, gente com 9º ano a dar formação de Direito”* (E 10).

Este participante referiu, ainda, como o trabalho é feito após a formação, ou seja, a forma como os próprios polícias exercem a sua função logo após a formação ou até mesmo após anos depois (n=1), *“Difícilmente, se calhar depois com o decorrer do tempo, da carreira, os polícias ou os guardas deixam de fazer aquele confronto logo de imediato e primeiro perguntam primeiro o que está a acontecer e quando estão a ouvir estão a procurar soluções, mentalmente, mas no início... mas o que acontece a rapaziada que acabou os cursos vai parar nas zonas complicadas e nas zonas complicadas gera-se conflito por tudo e por nada”* (E 10).

Por fim, o participante refere que existe muita falta de polícias em todas as localidades, por alguns terem ido para a reforma havendo a necessidade de criar mais cursos para colmatar esta situação (n=1), *“De facto não há, nós estamos agora a ter um problema grave que é a falta de efetivos, foi muita gente para a reforma”* (E 10). No entanto, tão pouco tempo de formação poderá não ser positivo para ter bons polícias nas localidades (n=1), *“formam pessoas num curso que é abrangente em pouco tempo... no meu tempo foi bastante, 9 meses... agora já fazem cursos de 4 ou 5 meses, que é preciso formar pessoas, formar pessoal”* (E 10).

É de ressaltar que é importante haver uma boa formação das forças policiais no sentido de as sensibilizar e as preparar para o contexto real para não caírem no risco de serem mal interpretados e haver comportamentos de discriminação por parte da sociedade em geral. Tal como refere o Código Europeu da Ética da Polícia *“a formação do pessoal da polícia deve integrar plenamente a necessidade de combater o racismo e a xenofobia”* (FRA, 2011).

Considerações finais

Na sociedade portuguesa, a democracia contribuiu para acelerar os processos de integração com o direito de igualdade, liberdade e a conquista de direitos de cidadania. Deste modo, se a perspetiva formal sobre “os ciganos” se alterasse, estes podiam ser considerados como cidadãos com direitos. A sociedade tem a responsabilidade de integrar, na medida que podia realojá-los, dar-lhes maior acesso à escolaridade e aos serviços de saúde.

A literatura aponta para a existência de discriminação e especificidades de atuação face à comunidade cigana, daí a pertinência e o elevado interesse do tema para a realização do estudo. Esta investigação teve como finalidade perceber as atitudes e representações das forças policiais face à comunidade cigana, compreender as diferentes formas de atuação desta população, e gerar recomendações práticas.

As forças policiais possuem como responsabilidade primária a aplicação da força com o objetivo de assegurar a segurança e a ordem nas sociedades modernas (Newburn & Reiner, 2007).

Relativamente à atuação policial e suas especificidades com a comunidade cigana, é de ressaltar que a atuação é diferenciada, na medida em que as forças policiais sentem mais dificuldades em atuar com esta população. Os participantes referem que tem de se agir de forma mais cautelosa, devido a esta população atuar em grupo e procurar encobrir tudo aquilo que se passa no seio da comunidade cigana.

Quando falamos sobre o relacionamento que a comunidade cigana tem com as forças policiais e com a autoridade em si, é exequível concluir que se trata de uma relação positiva. É de ressaltar que, por vezes existe uma reação negativa na medida em que esta população quando é abordada pela polícia, sabendo que errou e que deve ser punido pelo crime cometido, a comunidade cigana tem por hábito ocultar todos os crimes, escondendo todas as provas possíveis, dificultando assim a atuação das forças policiais.

No que diz respeito às principais problemáticas existentes na comunidade cigana, as forças policiais referiram que o tráfico de droga, o furto e o roubo são as principais situações com que se deparam diariamente.

Verifica-se que a comunidade cigana é alvo de discriminação por parte das forças policiais, conseguiu-se apurar que esta comunidade ainda não está a ser bem integrada, na medida em que existem conotações negativas por parte de alguns policiais. Deste modo, a

autoridade refere que esta comunidade tem as suas próprias leis e que não deixam ninguém a intrometer-se na sua vida, fazendo a justiça por eles próprios. Não obstante, os nossos resultados revelam que nem todos os polícias tendem a discriminar a comunidade cigana e não relacionam a sua atuação policial com a etnia de cada indivíduo.

Na perspetiva dos participantes, a comunidade cigana está a conseguir integrar-se na sociedade portuguesa, não mudando a sua cultura, mas querendo ser aceite por esta, tentando a inserção no mundo do trabalho e em questões sociais.

De um modo geral, os participantes consideram que as forças policiais tendem sempre a ter uma atuação igualitária com esta população, devendo ter os mesmos direitos e os mesmos deveres.

No desenvolvimento desta investigação, surgiu uma limitação que foi o fator tempo, pois poderíamos ter beneficiado de mais tempo para a análise do estudo, o qual poderia ser conducente a conclusões mais vigorosas. Outra limitação deveu-se ao facto de pouca bibliografia disponível sobre alguns temas deste estudo, mas que torna este estudo mais relevante e constituindo mais interesse em mais estudos futuros.

Neste ponto, em estudos futuros seria importante analisar melhor as condições da atuação das forças policiais, mais informação relativamente à formação que estes agentes têm para a sua atuação. Outro ponto, ainda remete para a necessidade de sensibilizar os agentes policiais ao contacto com toda a população residente na sociedade portuguesa (Sáez & Giménez, 2014).

É urgente reconstruir espaços sociais e políticos que permitam a aceitação e o reconhecimento das diferentes etnias, dos seus modo de vida para obter as vivências reais de multiculturalidade, estimular a criação de escolas e professores multiculturais que combatam o preconceito, apelar à responsabilidade de organizações políticas e associações cívicas dos cidadãos e de determinados grupos sociais importantes para a formação de opinião pública.

Referências Bibliográficas

- Almeida, L. & Freire, T. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (4º Ed.). Braga: Psiquilibrios.
- Bayley, D. The police and political development in Western Europe. In. Tittly, Charles (Org.). *The formation of national States in Western Europe*. Princeton: Princepon University Press, 1975. P. 328-379
- Ben-Porat, G., & Yuval, F. (2012). Minorities in democracy and policing: from alienation to cooperation. *Policing & Society: An International Journal of Research and Policy* 22(2), 235-252.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras *Celta Editora*.
- Caré, M. (2010). *Ciganos em Portugal: Educação e Género*. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, Lisboa, Porutgal
- Cortesão, Luíza, PINTO, Fátima (orgs.) (1995), *O povo cigano: cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto, Edições Afrontamento.
- Cortesão, L., Stoer, S., Casa-Nova, M. J. & Trindade, R. (2005). *Pontes para Outras Viagens, Escola e comunidade cigana: Representações recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Closs, W.J. & McKenna, P.F. (2006). Profiling a problem in Canadian police leadership: the Kingston Police Data Collection Project. *Canadian Public Administration*. 49(2), 143-160.
- Castro, A. (1995). “Ciganos e Habitat: entre a itinerância e a fixação”. *Sociologia, Problemas e Práticas* (17), pp.97-111.
- Costa, A.T.M (2004). *Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque*, 19 (1), 173-202
- Costa, A. ; Pimenta, M. (Coord.) (1991). *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*.
- DUBAR, Claude (2006), *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*, Porto, Edições Afrontamento

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (2000 [1965]), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Egharevba, S., White, J. (2007). Are Finnish police racists? A critical analysis of police cadets attitudes towards African immigrants in Finland. *International Journal of Police Science & Management* 9(1), 14-35.

Egharevba, S. (2009). Immigrants interaction with the police in Finland: is it distorted or inflammatory?. *International Journal of Law, Crime and Justice* 37, 1-24.

Fernandez, A.C. (2001). "Sobre la identidad gitana". *Gitanos, Pensamiento y Cultura* (11), pp.39-46

Findlay, M., (2004). *Introducing policing, challenges for police and Australian communities. Oxford: Oxford University Press*

FRA(2011). *Fundamental rights: challenges and achievements in 2011*. Luxemburg: European Union Agency for Fundamental Rights

FRA (2007), 'Report on Racismo and Xenophobia in the Member States of the EU', Budapest, European Union Agency for Fundamental Rights.

Fraser, M.T.D, & Gondim, S.M.G. (2004). Da Fala do Outro ao texto negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Padéia*, 14 (28), 139-152

Fraser, A. (1997). *História do Povo Cigano* Lisboa: Editorial Teorema

GARRIDO, Albert (1999), *Entre Gitanos e Payos: Relación de Prejuicios y Desacuerdos*, Barcelona, Flor Del Viento.

Holdaway, S. (1983). *Inside the British Police: A Force at Work*, Oxford: Basil Blackwell

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Manning, P.K. (1977). *Police work, the social organisation of policing*. Cambridge, MA. MIT Press

Magano, O. (2008). *Percursos de integração social de indivíduos de origem cigana: alguns dados preliminares*. Lisboa

Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais – estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta

Manning, P.K. (1977). *Police work, the social organisation of policing*. Cambridge, MA: MIT Press

Martins, M., (1995), “A Etnia Cigana e a prevenção da toxicodependência. Uma experiência no terreno” in L. CORTESÃO, F. PINTO (orgs.), *O povo cigano: cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*:21-25, Porto, Edições Afrontamento.

Marques, J. F. (2007). *Do nao racismo portugues aos dois racismos portugueses*. Lisboa: ACIDI.

Mayall, David (2004), *Gypsy Identities 1500-2000. From Egipcians and Moon-men to the ethnic Romany*, Londres, Routledge.

Mendes, M. (2007). *Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Mendes, M. (2008). *Representações sociais face a práticas de discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na AML*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Newburn, T., & Reiner, R. (2007). *Policing and the Police*. In. M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (4th ed., pp. 910 - 952). Oxford: Oxford University Press.

ONPC - Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos (1995). *A Comunidade Cigana na Área da Diocese de Lisboa*. Lisboa. Secretariado Diocesano de Lisboa 1995

Pitkänen, P., & Kouki, S. (2002). Meeting foreign cultures: A survey of the attitudes of Finnish authorities towards immigrants and immigration. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 28(1), 103–118.

REAPN (2015, Dezembro, 1). *Comunidades Ciganas – Retrato Geral*. Consultado em: www.reapn.org

Reiner, R. (1985). *The politics of the police*. Brighton: Wheatsheaf

Ribeiro, C.(2009). *A criança na Justiça – Trajéctorias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Coimbra: Almedina.

ROMÁN, T.S. (1994). *La diferència inquietant: velles i noves estratègies culturals dels gitanos*. Barcelona: Editorial Alta Fulla - Fundació Serveis de Cultura Popular.

Sáez, J., Guiménez, S. (2014). *Guia Prático dirigido às forças policiais para prevenir a discriminação das comunidades ciganas*. Parededós

Saldaña, J. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. London: Sage.

Santos, T., Oliveira, C. R., Rosário, E. et al (2009), *Research survey on migrant's experiences of racism and xenophobia in Portugal*, Porto Salvo, NÚMENA.

Sigler, R., Johnson, I., 2002. Reporting violent acts to the police: A difference by race. *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 25 (2), pp. 274-293

Silva, M., Silva, S. (2002). Práticas e Representações face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *Antropológicas*, 6, 57-86

Strauss, A., & Corbin. J. (1990). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. London: Sage.

UNIÓN ROMANI INTERNACIONAL (1998), *Le Peuple Tsigane - Guide à L'Usage des Journalistes*, Barcelona, Unión Romani Internacional..

Uhnou, S. (2013). Within “the Tin Bubble”: the police and ethnic minorities in Sweden. *Policing & Society: An International Journal of Research and Policy*.

Waddington, P.A.J., (1999). Police (canteen) Sub-culture: an appreciation. *British Journal of Criminology*, 39 (2), pp. 287-309

Weitzer, R., & Tuch, S. A. (2005). Racially biased policing: Determinants of citizen perception. *Social Forces* 83(3), 1009–1030.

Weitzer, R., & Tuch, S. A. (2006). Race and policing in America: conflict and reform. *Social Forces* 87(2), 1140-1143.

Wortley, R. K., & Homel, R. J. (1995). Police prejudice as a function of training and outgroup contact. *Law and Human Behavior* 19(3), 305–317.

Wortley, S. & Tanner, J. (2004). Data, denials and confusion: the racial profiling debate in Toronto. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice* 45(3), 367-389.

Anexos

Anexo A - Consentimento Informado

A investigação em relação à qual solicitamos a sua participação decorre no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante da Universidade Católica Portuguesa e tem como objetivo analisar a atuação policial junto das comunidades ciganas. A sua participação neste estudo é completamente voluntária, podendo recusar-se a responder a todas as questões e interromper a entrevista, se o desejar. Caso autorize, a entrevista será gravada em áudio, de forma a obter o seu registo integral e a evitar perda de informação. No entanto, é garantida a confidencialidade dos dados, que servirão apenas para fins de investigação e serão tratados de forma a garantir o anonimato dos entrevistados.

Na publicação da tese de mestrado e de eventuais trabalhos de carácter científico a sua identidade ficará protegida, não sendo revelado o seu nome nem qualquer característica que o possa identificar diretamente. Para fins de tratamento de dados, apenas serão solicitados alguns dados sociodemográficos. Pode também recusar-se a prestar a totalidade dos dados sociodemográficos mencionados, se assim o entender.

Obrigada pela sua colaboração.

Eu, _____, aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Catarina Pollman, orientado pela Professora Doutora Mariana Barbosa (Docente da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa), o âmbito da sua dissertação de Mestrado em Psicologia, na área de Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos deste estudo que constam do protocolo de consentimento informado, assinado por mim. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão reflita em qualquer prejuízo para mim.

Assinatura: _____ Data: __/__/____

Anexo B - Guião de Entrevista – Policia de Segurança Pública

1. Acha que existe discriminação por motivos étnicos/raciais no nosso país?
2. Considera que a comunidade cigana está bem integrada na sociedade portuguesa?
3. Considera que a comunidade cigana tem uma boa relação com as forças de segurança?
4. Por comparação com outros grupos/comunidades, como situa a atitude da comunidade cigana face à autoridade (respeito, obediência, etc)?
5. Existem especificidades na atuação policial junto da comunidade cigana?
6. Como a polícia atua quando é chamada a situações de agressão entre comunidade cigana?
7. Existem diretrizes específicas- formais e/ou informais- para o contacto com esta população, atendendo às suas especificidades culturais, etc?
8. Costuma ter, na sua prática profissional, contacto com a população cigana? Dê- me exemplo da sua atuação policial com esta população.
9. Relativamente às crianças e jovens da comunidade cigana, considera que têm mais contacto com a polícia do que as restantes crianças e jovens?
10. Costuma ter, na sua prática profissional, contacto com crianças e jovens da população cigana? Dê-me exemplos da sua atuação policial com estas crianças e jovens

Anexo C - Guião de entrevista – Guarda Nacional Republicana

Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o trabalho da polícia com crianças e jovens:

a) Relativamente aos contactos da polícia com crianças e jovens vítimas:

- Principais situações / problemáticas com que costumam lidar
- Perfil das vítimas (quem são estas crianças / jovens? Existe um ‘perfil típico’ ou ‘perfis típicos’?)
- Como é que estas situações são sinalizadas (quem faz a denúncia)?
- Quais os procedimentos da polícia nestes casos (especificar também com que entidades articula e como avalia esta articulação)?
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades; recomendações ao nível de mudanças legislativas; recomendações ao nível de necessidades de formação)
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas da comunidade cigana? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
- Existem especificidades na atuação policial face a crianças e jovens vítimas imigrantes / estrangeiras (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)

b) Relativamente aos contactos da polícia com situações de delinquência juvenil:

- Principais situações / problemáticas com que costumam lidar
- Perfil das vítimas (quem são estas crianças / jovens? Existe um ‘perfil típico’ ou ‘perfis típicos’?)
- Como é que estas situações são sinalizadas (quem faz a denúncia)?
- Quais os procedimentos da polícia nestes casos (especificar também com que entidades articula e como avalia esta articulação)?
- Existem especificidades na atuação policial em situações de delinquência juvenil? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)

- Concorda com as políticas de atuação (da justiça em geral; da polícia) nas situações de delinquência juvenil? (O que é que acha que funciona bem e se deve manter? O que é que acha que deveria ser alterado e porquê?)
- Existem especificidades na atuação policial face à delinquência juvenil na comunidade cigana? (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
- Existem especificidades na atuação policial face à delinquência juvenil de imigrantes / estrangeiros (quais são; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)

Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre o trabalho da polícia com a comunidade cigana. (Nota: em todas as questões abaixo, explorar a) adultos e b) crianças)

- **Considera que a comunidade cigana está bem integrados na sociedade portuguesa?**
- **Relativamente à comunidade cigana:**
 - Têm uma boa relação com a polícia? (Pedir para justificar a opinião; uma vez mais, explorar ambos os lados – aspetos da polícia / aspetos da comunidade cigana).
 - Como avalia a atitude deles face à autoridade? (Respeito; obediência, etc.
 - Existem especificidades na atuação policial face a cada um destes grupos? (estes grupos associam-se a problemáticas específicas – tipos de crimes; tipos de vitimação; principais dificuldades; estratégias para contornar essas dificuldades)
 - Existem diretrizes específicas / formação específica para o contacto com cada um destes grupos (caso não existam, acha que deveriam existir?)
 - Existem directrizes específicas – formais e/ou informais – para o contacto com esta população, atendendo às suas especificidades culturais, etc? (Caso não existam essas directrizes, acha que deviam existir?)
 - Costuma ter, na sua prática profissional, contacto com a população cigana?
 - Dê-me exemplos da sua atuação policial com esta população.

Anexo D - Sistema de Codificação

1- Etnia Cigana

1.1 Características da Etnia Cigana

1.2 Relação com a autoridade

1.2.1 Geral

1.2.1.1 Positiva

1.2.1.2 Negativa

1.2.2 Relação com a entidade policial

1.2.2.1 Positiva

1.2.2.2 Negativa

2- Perceção sobre a integração na sociedade

2.1 Integrados

2.1.1. Sociedade

2.1.2. Comunidade Cigana

2.2 Não Integrados

2.2.1. Sociedade

2.2.2. Comunidade Cigana

3- Problemáticas existentes na comunidade cigana

3.1 Tráfico de Droga

3.2 Furto

3.3 Roubo

3.4 Falta de carta de condução

3.5 Venda de artigos contra feitos

3.6 Barulhos

3.7 Álcool

4- Atuação policial diferenciada para a etnia cigana

4.1 Existe

4.2 Não existe

5. Especificidades da atuação policial

5.1 Precaução

5.2 Depende da Gravidade

5.3 Diretrizes Gerais

5.4 Hostilidade

5.5 Meios coercivos

5.6 Perigosidade

5.7 Vitimação

6. Dificuldades na atuação policial com a população de etnia cigana

6.1 Constante mutação

6.2 Sexo

6.3 Tráfico de Droga

6.4 União

6.5 Falta de Certidão de Nascimento

7. Contacto com comunidade cigana na prática profissional

8. Diferenciação da atuação policial

8.1. Não existe

9. Discriminação

9.1 Geral

9.2 Polícia

10. Formação

10.1 Formação Específica

10.1.1 Existência de formação

10.2 Limitações

10.3 Poucas Habilitações

10.4 Trabalho após formação

11. Falta de Polícias

Anexo E - Sistema de categorias

1. Etnia Cigana					
1.1 Características da Etnia Cigana					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as características pessoais da etnia cigana	13	41	<p><i>“o cigano é um bocadinho hipócrita”; (E 15)</i></p> <p><i>“é falso, mentiroso, é muito astuto”; (E 15)</i></p> <p><i>“eles para já atuam em grupo. Nunca, ou raramente, atuam sozinhos, atuam sempre me grupo” (E 8)</i></p>
1.2 Relação com a autoridade					
1.2.1 Geral					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
1.2.1.1	Positiva	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para relação positiva com a autoridade	5	5	<p><i>“Acatam bem as ordens e têm uma boa atitude. Temos de lhes fazer perceber qual é a parte deles, qual é a parte nossa e ate quanto eles podem ir e quanto eles não podem. A partir daqui não temos tido qualquer tipo de problema.” (E 8)</i></p>

					<i>“E no meu ponto de vista, a relação entre a comunidade e a Polícia está mais liberal e mais colaborante e em Portugal esta comunidade está mais comunicativa com a autoridade”. (E2)</i>
1.2.2.1	Negativa	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para relação negativa com a autoridade	8	10	<i>“A atitude que têm é de negação e não respeitam a autoridade e nem querem. Eles fazem questão de se assumirem assim para manter o receio, o pânico entre a comunidade normal para se continuar a impor. Uma minoria de um milhão consegue causar impacto em 9 milhões., aqui vê-se quem consegue dominar quem”(E 7)</i>
1.2.2 Relação com a entidade policial					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
1.2.2.1	Positiva	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a relação positiva da comunidade cigana com a entidade policial	3	4	<i>“Em Amarante, tão... tanto nós como eles, não há qualquer problema. Tanto os respeitamos a eles como somos respeitados por eles. Isso, vamos lá a qualquer hora e assim, estamos à vontade com eles.” (E 4)</i>

1.2.2.2	Negativa	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a relação negativa da comunidade cigana com a entidade policial	2	2	<i>“A última vez por exemplo, fomos buscar um senhor que tinha de cumprir uma detença de pena, sem problema nenhum, foi detido, veio, sem problema nenhum. Mas entretanto quando chegaram ao posto, a rapaziada veio toda e tivemos de fazer mais dois detidos. Porque entretanto viraram-se para a patrulha que estava a chegar e a coisa não correu bem. “ (E 10)</i>
---------	----------	---	---	---	---

2. Percepção sobre a integração na sociedade

2.1 Integrados

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
2.1.1	Sociedade	Contam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a percepção de integração que a sociedade tem sobre a comunidade cigana	4	5	<i>“Até as pessoas que vivem no bairro têm pessoas de etnia cigana e dão-se super bem e agora já começamos a ver que existe casamentos entre ciganos e outras raças” (E 2)</i>
2.1.2	Comunidade Cigana	Contam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a percepção de integração que da comunidade cigana na sociedade	5	5	<i>“E os mais perspicazes, esses querem mesmo se integrar, não temos qualquer dificuldade neles e percebem a diferença... ainda há algum tempo tive ai num shopping e andavam para la umas ciganas que nem pareciam, mas pareciam porque depois eles vestem de forma espampanante, ou seja elas irem a shopping mostra de facto que se querem integrar. Nessas por exemplo, mas há outras que não querem mesmo”. (E 8)</i>

2.2 Não estão integrados

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
2.2.1	Sociedade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a percepção relativas à não integração na sociedade	3	4	<p><i>“Huum, na minha opinião não esta bem integrada na sociedade.” (E 8)</i></p> <p><i>“Eles não se conseguem integrar, de parte a parte... Nem eles se sentem à vontade para se integrar nem, se calhar o resto da população se sentem à vontade em integra-los.” (E14)</i></p>
2.2.2	Comunidade Cigana	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a percepção relativas à não integração face à comunidade cigana	8	16	<p><i>“Não se quer integrar. Quer manter nada contra as questões culturais deles, de base. Não se querem integrar”. (E 7)</i></p> <p><i>“Não está porque eles não querem. Ou seja, eles querem os direitos iguais mas não querem os deveres. “ (E 8)</i></p>

3. Problemáticas existentes na comunidade cigana

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
3.1	Tráfico de Droga	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de tráfico de droga	5	8	<i>“Agora é mais fácil ver um individuo de etnia cigana a traficar e a cometer um roubo do que outra etnia”</i> (E 7)
3.2	Furto	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de furto	4	6	<i>Olhe o crime mais comum é o furto e o roubo. Também praticam bastantes crimes violentos e recorrem ao uso de armas de fogo.”</i> (E 10) <i>“E também há algumas, algumas da parte elementos femininos dessa etnia em termos de burlas, cina, sacar as notas...”</i> (E13)
3.3	Roubo	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de roubo	4	5	<i>“agora a nível de crimes, o que esses indivíduos, por conhecimentos que eu tenha, normalmente em furtos e em roubos”</i> (E 12)

3.4	Falta de carta de condução	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a inexistência de carta de condução	2	2	<i>“E alguns conduzirem sem carta de condução” (E 13)</i>
3.5	Venda de artigos contra feitos	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de vendas ilegais	1	1	<i>“Também há outro tipo de situação que é a venda de artigos contra feitos, estava-me a esquecer desse pormenor, em que existem muitos” (E 13)</i>
3.6	Barulhos	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de elevado barulho	1	1	<i>“Normalmente era barulhos, na resolução de expediente a nível de tribunal” (E 9)</i>
3.7	Álcool	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as situações de excesso de	1	1	<i>“Álcool muito. Mas têm a razão toda” (E 11)</i>

		álcool			
4. Atuação policial diferenciada para a etnia cigana					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
4.1	Existe	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a existência de diferenças na atuação policial	7	10	<i>“Existem, tem de haver. Não é que se queira haver racismo mas tem de haver” (E 8)</i>
4.2	Não existe	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a não existência de diferenças na atuação policial	6	7	<i>“Não trabalhamos de forma específica com esta população.” (E 15)</i>

5. Especificidades na atuação policial

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
5.1	Precaução	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a precaução da atuação policial que se tem com a comunidade cigana	2	2	<i>“porque de facto nós temos sempre de nos precaver, do que vamos estar à espera, da reação deles que não sabe como é obviamente.”(E 14)</i>
5.2	Depende da gravidade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para como é feita a ação policial conforme a gravidade da situação	3	3	<i>“O que nos interessa na intervenção policial, a intervenção é suscitada em função de variadíssimos aspetos, o tipo de crime em causa que possa estar a ser envolvido, tem a ver com a extensão da comunidade, uma comunidade muito grande ou pequena, tem a ver com o local geográfico onde está” (E 15)</i>

5.3	Diretrizes Legais	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para questões legais da atuação policial	4	4	<i>“Nisso a GNR está muito atenta, existe diretrizes para as Minorias étnicas, crianças, delinquência juvenil, estrangeiros.” (E 3)</i>
5.4	Hostilidade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para questões de personalidade que se tem de ter numa atuação policial	1	1	<i>“Quando se parte para um determinado em que se parte do principio que existe hostilidade, tem que se atuar de uma forma que não a normalidade. Tem que haver firmeza, independentemente se estamos 2 ou 3, tem de haver alguma firmeza no sentido de a gente sair de lá, pelo menos com a roupa vestida.. roupa vestida e com a arma de serviço, o resto ate pode levar mas isso nós compramos em qualquer lado. Mas a arma de serviço é complicado”. (E 10)</i>
5.5	Meios Coercivos	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para os meios coercivos utilizados	1	1	<i>“Os meios coercivos que a policia utiliza tem que ser proporcional à situação em si. O que resulta muito bem é o contacto visual, a chamada policia de choque, nós irmos com eles, eles todos encapuçados etc. isso tem um efeito que provoca medo e o cigano é uma pessoa que gosta muito de armas e a policia chegar la toda apetrechada eles retraem-se um bocado.” (E 15)</i>

5.6	Perigosidade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a perigosidade nas situações	4	6	<i>“tendo em conta que eles são vingativos e todos juntos são um, tornam-se mais perigosos. A atuação perante eles tem de ser com mais cautela.” (E 8)</i>
5.7	Vitimação	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam se a comunidade cigana sofre de vitimação	1	2	<i>“A nível social mais, eu acho” (E 9)</i>

6. Dificuldades na atuação policial com população de etnia cigana

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
6.1	Constante mutação	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para constante mudança da população e que se torna uma	1	1	<i>“ Existe sempre, porque a população está em constante mutação.” (E 3)</i>

		dificuldade na atuação policial			
6.2	Sexo	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a diferença de atuação entre homens e mulheres da comunidade cigana	1	2	<p><i>“normalmente nós conversamos com uma pessoa, de etnia cigana do sexo feminino, torna-se mais difícil.” (E 9)</i></p> <p><i>“Elas quase que não se abrem e elas são piores que eles. Porque eles vão falando e a gente vai conseguindo tirando alguma informação, com as mulheres não, são muito fechadas.” (E 9)</i></p>
6.3	Tráfico de Droga	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as dificuldades de atuação na situação de tráfico de droga	1	2	<p><i>“Pegam no carro, doses so para consumo e vão distribui-las... porque o consumo não é crime. E ele pode ir no carro dele, sem stresse nenhum, leva a dose necessária de consumo” (E 10)</i></p>
6.4	União	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a presença	2	2	<p><i>“É claro que quando é ciganos temos de tratar mais com cautela porque depois eles são mais, não eles na</i></p>

		de união e cumplicidade entre a comunidade cigana			<i>hora, mas depois vem os familiares e tudo.” (E 8)</i>
6.5	Falta de Certidão de Nascimento	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a falta de documentação	2	2	<i>“Outro entrave da atuação policial, é o facto de muitos ciganos não terem certidão de nascimento, isto na geração mais antiga, porque hoje em dia a maior parte deles levam as esposas ao Hospital para terem os filhos e lá já se fazem os registos, mas antigamente não era assim” (E 6)</i>
7. Contacto com comunidade cigana na prática profissional					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto que as forças policiais têm ao longo da sua prática profissional	10	29	<i>“na feira de Pedras Rubras, tivemos que apreender uns artigos e claro que tive de chamar reforço, porque na feira só dois, eles podiam-nos agredir, eles todos juntos são perigosos. Foram apreendidos os artigos, no início mostram resistência mas depois quando estamos em força já não mostram resistência. Eles sabem a que porta batem. Na atuação não podemos mostrar medo, porque se o fizermos é bem pior e a nossa atuação não</i>

					<i>corre da melhor forma.” (E 8)</i>
--	--	--	--	--	--------------------------------------

8. Diferenciação da atuação policial					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
8.1	Não existe	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o trabalho igualitário das forças policiais	10	21	<i>“Eu quero aqui ressaltar, que não é por serem indivíduos de etnia cigana que a polícia trata de maneira diferente. A intervenção tem mais a ver com o tipo de crime ou que tipo de pessoas envolvidas do que propriamente o facto de ser de etnia A ou B.” (E 15)</i>

9. Discriminação					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
9.1	Geral	Cotam-se nesta categoria as unidades	2	2	<i>“Eu acho que verdadeiramente na acensão da e no sentido da palavra, eu acho que não e acredito</i>

		que remetam para existência ou não de discriminação em geral			<i>profundamente que não” (E15)</i>
9.2	Polícia	Cotam-se nesta categoria as unidades que remetam para existência de discriminação por parte da polícia	4	6	<i>“Mas se me perguntar diretamente " é racista?"... Sou... Em relação a eles sou... Não pagam todos pelo mesmo?! Não deveriam pagar...” (E 13)</i>

10. Formação

10.1. Formação específica

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
10.1.1	Existência de	Cotam-se nesta categoria todas as	1	2	<i>“Não, não. Pela experiencia que tenho penso que não. Ou para já não. Poderão haver zonas que poderão</i>

	formação	unidades que remetam para a necessidade de haver uma formação específica para as forças policiais,			<i>necessitar mas nós não. Optamos sempre pela aquela, porque sabemos que é mais segura para nós e para eles. “ (E 8)</i>
--	----------	--	--	--	---

10.2 Limitações

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as limitações da formação da polícia	1	5	<i>“mas formam pessoal de uma forma muito abrangente, técnica, teórica e pratica, mas não formam as pessoas para contacto pessoal. Há para la uma disciplina que chamam “técnicas de atendimento e intercomunicação pessoal” e uma de psicossociologia, e uma de sociologia... acho que ninguém ouve nada o que lá dizem nada..” (E10)</i>

10.3 Poucas Habilitações

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as	1	1	<i>“E depois na altura o meu ano a professora estava técnica de atendimento e intercomunicação pessoal em</i>

		unidades que remetam a falta de habilitações das pessoas que dão a formação às forças policiais			<i>“pessoas civis.. depois temos esse problema, gente com 9º ano a dar formação de Direito, por exemplo só para uma ideia.. essa senhor era intragável, não como pessoa mas como dar as matérias...” (E 10)</i>
10.4 Trabalho após formação					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o trabalho exercido após a finalização da formação	1	1	<i>“Difícilmente, se calhar depois com o decorrer do tempo, da carreira, os polícias ou os guardas deixam de fazer aquele confronto logo de imediato e primeiro perguntam primeiro o que está a acontecer e quando estão a ouvir estão a procurar soluções, mentalmente, mas no início... mas o que acontece a rapaziada que acabou os cursos vai parar nas zonas complicadas e nas zonas complicadas gera-se conflito por tudo e por nada” (E 10)</i>

11. Falta de Polícias

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplo
		Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a pouca inexistência de polícias	1	1	<i>“nós estamos agora a ter um problema grave que é a falta de efetivos, foi muita gente para a reforma..” (E 10)</i>